

Augusto José dos Santos Fitas (2012). **A «JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL» e a instalação da investigação científica em Portugal no período entre guerras.** In Augusto José dos Santos Fitas, João Príncipe, Maria de Fátima Nunes, Martha Cecília Bustamante (ed.). *A actividade da Junta de Educação Nacional*. Lisboa: Caleidoscópio, 13-36.

Abstract

What it will be studied in this paper corresponds to an historical overview on the genesis of the installation of scientific research in Portugal during the period between the two world wars. The creation of a National Board of Education — the JEN (Junta Nacional de Educação) — explains the political effort to organize modern scientific research in the country, specially the grant service abroad and the support of scientific institutions (laboratories) in Portuguese Universities. We present the various attempts to achieve a political scientific coordinating board in Portugal during the Republic. We try to summarize the main results achieved by JEN in the thirties, specially the number of grants abroad.

Key words: Junta de Educação Nacional, scientific research in Portugal, scientific grant holders

A JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL INICIOU, ONTEM, OS SEUS TRABALHOS, TENDO-LHE DADO POSSE O SR. MINISTRO DA INSTRUÇÃO



A posse da Junta de Educação Nacional

Realizou-se, ontem, na sala do Conselho Superior de Instrução Pública, o acto de posse da Junta de Educação Nacional, recentemente criada. Dos 21 professores que fazem parte deste organismo constituinte, todos, que vai correndo, a Junta ficara a ser o mais forte sindicato do trabalho intelectual. Tive o cuidado de fazer representar aqui, em atenção aos supremos interesses nacionais, a sciencia pura e a sciencia

A Atividade da Junta de Educação Nacional

AUGUSTO JOSÉ DOS SANTOS FITAS · JOÃO PRÍNCIPE

MARIA DE FÁTIMA NUNES · MARTHA CECÍLIA BUSTAMANTE (EDS.)



TÍTULO: A Atividade da Junta de Educação Nacional

EDITORES: Augusto José dos Santos Fitas, João Príncipe, Maria de Fátima Nunes, Martha Cecília Bustamante

IMAGEM DA CAPA: Retirada da edição de 24 de Fevereiro de 1929 do jornal *O Século*, gentilmente cedida pela Biblioteca Pública de Évora

COMPOSIÇÃO GRÁFICA: Ana Sarmento

GRÁFICA: Artipol – Artes Tipográficas, Lda.

DATA DE EDIÇÃO: Setembro de 2012

ISBN: 978-989-658-181-7

DEPÓSITO LEGAL: 349114/12

EDIÇÃO:



Caleidoscópio_Edição e Artes Gráficas, SA

Rua de Strasburgo, 26 – r/c dto.

2605-756 Casal de Cambra • Portugal

Tel.: (351) 21 981 79 60 • Fax: (351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt

APOIO:

Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência



cehfc

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Este livro apresenta os resultados do colóquio *A Actividade da Junta de Educação Nacional*, realizado dia 25 de março de 2011 na Universidade de Évora.

AUGUSTO JOSÉ DOS SANTOS FITAS*

**A JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL
E A INSTALAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
EM PORTUGAL NO PERÍODO ENTRE GUERRAS¹**
*THE JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL
AND THE ORGANIZATION OF SCIENTIFIC RESEARCH
IN PORTUGAL BETWEEN THE TWO WORLD WARS*

Abstract: What it will be studied in this paper corresponds to an historical overview on the genesis of the installation of scientific research in Portugal during the period between the two world wars. The creation of a National Board of Education – the JEN (Junta Nacional de Educação) – explains the political effort to organize modern scientific research in the country, specially the grant service abroad and the support of scientific institutions (laboratories) in Portuguese Universities. We present the various attempts to achieve a political scientific coordinating board in Portugal during the Republic. We try to summarize the main results achieved by JEN in the thirties, specially the number of grants abroad.

Keywords: Junta de Educação Nacional, scientific research in Portugal, scientific grant holders.

* Professor no Departamento de Física da Universidade de Évora e investigador do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi); e-mail: afitas@uevora.pt.

¹ This work is financed by funds FEDER through the Operational Competitiveness Factors Program (COMPETE) and national funds through FCT (Foundation for Science and Technology) by the project HC/0077/2009.

O que aqui se vai abordar, corresponde a alguma reflexão histórica sobre a génese da instalação da investigação científica em Portugal no período entre as duas guerras mundiais. Não é que não houvesse, antes deste período, investigação já instalada com sucesso no país, ela existia, mas estava confinada a muito poucos domínios e estava sobretudo à mercê de algumas, poucas, iniciativas individuais ou de corporações profissionais muito específicas. Vai ser de facto no período em apreço, especialmente na década de trinta, que a prática do trabalho científico se vai instalar de um modo mais amplo e estruturado. É então que nascem os primeiros Laboratórios de Estado com o objectivo de estudar e resolver problemas nacionais determinados pelas necessidades de desenvolvimento e crescimento económico.

Pretende expor-se com um realce particular a génese de uma estrutura organizada pelo estado e que constituiu o esteio deste esforço de modernização científica. A análise histórica que se propõe corresponde a um primeiro passo no estudo, também comparativo, do que se passou noutros países que, internacionalmente e pelo papel desempenhado nas contribuições ao conhecimento científico, se podem considerar, até à primeira metade do século XX como países europeus «periféricos», como é o caso de Espanha. Começa-se por contextualizar historicamente o problema na transição entre o século XIX e o século XX, para se desenvolver, com um pouco mais de profundidade, as medidas praticadas para o fomento do desenvolvimento técnico-científico nas três primeiras décadas do século XX. É preciso ter presente que, em Portugal, no Outono de 1910 há uma mudança de regime, a passagem da monarquia constitucional para a república parlamentar – o que corresponde, no quadro nacional, ao prenúncio do embate de 14-18 –, a que se seguirá, dezasseis anos depois, a queda do regime parlamentar e a instauração de uma ditadura que a curto prazo, passados seis anos, se transformará no Estado Novo da constituição de 33 – a versão nacional da «nova ordem» que grassava na Europa, uma «ordem» que vai incubar os germes do conflito de 39-45.

1. Antecedentes

Grosso modo, e para o que interessa nesta exposição sob o ponto de vista do desenvolvimento económico e produtivo, o último quartel do século XIX caracterizava-se, entre várias, por duas dimensões fundamentais. A primeira, no sentido de referir uma delas, tinha a ver com o facto de todo o processo de transição da primeira para a segunda revolução industrial assentar essencialmente, não só na utilização de novos recursos energéticos, como também no impacto cada vez maior no sector

produtivo (industrial e agrícola) das conquistas alcançadas pelos novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos. Não se aborda aqui as implicações na organização e produção do trabalho e as alterações profundas que forçosamente se registaram no campo social. A outra dimensão que se pretende realçar, decorre da anterior, e diz respeito a um quadro de crescente internacionalização a todos os níveis: crescia o comércio mundial, o investimento, os movimentos migratórios, os intercâmbios de natureza diversa e, para o caso vertente, o de natureza científica; tudo isto ocorreu devido à evolução notável dos sistemas de transporte e comunicações. Deu-se início a um movimento alargado e necessário de congressos internacionais, acompanhado de uma maior circulação da informação científica e técnica que, entretanto, sofrera um amplo crescimento mercê da necessidade de especialização.

As estatísticas mostram que Portugal estava longe de «encetar um processo de industrialização e modernização económica e social semelhante ao que caracterizava os países europeus mais desenvolvidos»². Contudo, de uma forma modesta, o país fizera, à custa do erário público, um esforço de modernização, o que, no campo científico e tecnológico, acabava por ter uma maior repercussão nos domínios da engenharia e da medicina. No que se refere ao primeiro, modernizara-se o seu ensino, autonomizando-se a sua especialização face à engenharia militar, o que permitiu, pela importância da sua intervenção pública, a constituição da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses em 1869 (talvez a primeira associação profissional de técnicos criada em Portugal) que passa a editar a *Revista de Obras Públicas e Minas*, publicada ao longo de várias décadas. É a este novo corpo de profissionais, formado nas novas escolas, que se ficam a dever os contributos necessários para que, segunda metade do século XIX, se inicie o conhecimento em profundidade do território nacional quer em extensão e à superfície (trabalhos de geodesia e topografia bem como a carta de solos) quer em profundidade com o estabelecimento de uma carta geológica, instrumento fundamental para o conhecimento das potencialidades do subsolo nacional³. Alguns destes engenheiros, especialmente nas áreas da engenharia civil e de minas, mas também nos campos da agronomia e das florestas, fazem a sua aprendizagem no exterior, sobretudo em instituições francesas e alemãs.

E esta aprendizagem exterior vai também marcar o «despertar da medicina portuguesa para a prática laboratorial»: «Em 1892 Câmara Pestana (após um estágio de vários meses em Paris) criava o Real Instituto Bacteriológico que veio a ter o seu

² (ROLLO, 2009: 33).

³ (CAROLINO, 2012).

nome e se tornou a grande escola de medicina experimental portuguesa e, quase contemporaneamente (1897) Bombarda, com larga visão, criaria um laboratório de Histologia, em Rilhafoles, onde Marck Athias (1875-1946), discípulo de Mathias Duval, vai iniciar uma grande obra de educação científica»⁴. Athias formara-se em Medicina na Universidade de Paris, teria preferido ficar por lá, mas o facto de ter sido preterido num concurso para a faculdade da capital francesa ditou o seu regresso à terra natal sempre com o propósito de se dedicar à investigação. Mark Anahory Athias⁵, a sua escola e toda a sua rede de contactos vão estar na base de um debate nacional sobre a importância do trabalho científico e a necessidade de lançar a base de uma organização da investigação científica em Portugal. Com este homem de ciência, iniciou-se também na investigação Celestino da Costa (1884-1956) que, entre 1906 e 1908, aperfeiçoou os seus conhecimentos científicos em Berlim, retomando na faculdade de medicina de Lisboa o ensino da Histologia e da Embriologia.

Portugal possuía uma única Universidade cujo ensino, em alguns domínios, era disputado por outras escolas de ensino superior que, ao longo do século XIX, foram sendo abertas nas cidades de Lisboa e Porto⁶. Esta situação de monopólio universitário assediado em algumas áreas pela prática de outras instituições de ensino superior criava algumas tensões e pode ser entendida como um dos factores específicos a ter em conta no estudo das particularidades do contexto português⁷. Outros países europeus houve que atravessaram situações semelhantes, contudo as necessidades de desenvolvimento impuseram situações de uma maior abertura para novas escolas e novos ensinos...

⁴ (COSTA, 1986: 506).

⁵ «Marck Athias, de ascendência judaica, nasceu no Funchal, a 11 de Dezembro de 1875. Aos dezasseis deixou a Madeira e inscreveu-se no curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Paris, que concluiu em 1897. Interessou-se desde estudante pela histologia do sistema nervoso, ao encontrar na montra de uma livraria a obra de Santiago Ramón y Cajal, *Les nouvelles idées sur la structure du système nerveux* e propôs a Mathias Duval, um antigo discípulo de Cajal, que leccionava na faculdade, que o aceitasse no seu laboratório. Desta colaboração resultaram cinco publicações que o tornaram conhecido dos histologistas mais prestigiados da época» (AMARAL, 2003: 19).

⁶ Além da Escola Politécnica e da Academia Politécnica, respectivamente em Lisboa e Porto, criou-se em 1864 o Instituto de Agronomia e Veterinária e para o ensino técnico industrial e comercial o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em 1869.

⁷ Em 1836 promulgou-se uma reforma das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto (reforma de Manuel da Silva Passos), mas a igualdade dos seus diplomados com os diplomados pela Universidade de Coimbra só seria alcançada em 1866 e, mesmo assim, com exclusão da atribuição de grau académico. Escolas de Farmácia foram criadas anexas às Escolas Médico-Cirúrgicas na mesma altura (em 1836). Em 1902, o ensino nas três Escolas de Farmácia (incluindo a de Coimbra) é objecto de remodelação uniformizante (reforma de Hintze Ribeiro).

As relações entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais e os seus congéneres de outros países científica e tecnicamente mais desenvolvidos eram esparsas e pouco organizadas. A vontade e capacidade políticas de combater esta situação, através dos necessários meios legislativo e financeiro, eram muito débeis ou quase inexistentes, todavia foi ainda no período final da monarquia, durante a «ditadura» de João Franco (1907), que se lançou um Decreto, publicado a 31 de Maio de 1907, onde, tendo em consideração que

«À semelhança do que têm feito, com provado e invejável êxito, várias nações modernas, procuraremos aproveitar a experiência pedagógica dos países mais cultos da Europa, enviando às suas escolas modelares uma numerosa colónia de estudantes portugueses»

estabelecia «pensões a alunos e professores portugueses no estrangeiro» com o propósito primeiro de proporcionar o estudo no estrangeiro aos diplomados «pelo Instituto de Agronomia e pelos Institutos Industriais e Comerciais»⁸. Mas no próprio decreto escrevia-se

«Excluem-se da concorrência às pensões as especialidades de ensino como a medicina, a matemática, as ciências sociais, as humanidades, etc, porque elas serão atendidas quando se tratar da remodelação autonómica das escolas superiores (...) porque essas especialidades não sendo das que directamente influem na produção de riqueza económica, não entram no alvo sobretudo utilitário da iniciativa do Governo»

Isto é, afastava-se, enquanto potenciais utilizadores dos meios consagrados neste Decreto, toda a Universidade, embora fosse prometido que seria contemplada numa próxima medida... Dava-se um maior ênfase aos aspectos técnicos e práticos.

Em todo este esforço de modernização, desde meados do século XIX, parece ter primado pela ausência de iniciativa, a burguesia portuguesa com interesses na agricultura, na indústria ou na banca. Os representantes do capitalismo português não manifestavam qualquer interesse em apoiar ou compartilhar nos esforços em desenvolver as forças produtivas nacionais. Estas iniciativa eram deixadas ao Estado que, de uma forma isolada, aplicava medidas de fomento que, muitas vezes, eram

⁸ Era Director Geral do Ensino Superior do Governo de João Franco, Agostinho de Campos, professor do Curso Superior de Letras.

entendidas mais como um «desperdício necessário» do que como um «desenvolvimento desejado».

Este decreto sucedeu-se no tempo ao decreto Real espanhol de criação da «Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE)», para cuja direcção, enquanto presidente da mesma, se nomeou Santiago Ramón y Cajal, a maior glória da história da ciência espanhola (em 1906 recebeu o Premio Nobel de Fisiologia e Medicina) e que manteve este cargo até à sua morte em 1934. Também no decreto espanhol o propósito fundamental era o estabelecimento de bolsas de estudo de tal modo que no seu preâmbulo se podia ler:

«Um povo isolado, fica parado e entra em decomposição. Por isso todos os países civilizados tomam parte nesse movimento de relações científicas internacionais, incluindo neste número, não só os pequenos estados europeus, como também as nações que parecem afastadas da vida moderna, como a China, e até mesmo a Turquia, cuja colónia de estudantes na Alemanha é quatro vezes maior do que a espanhola, antepenúltima entre todas as europeias, já que só são inferiores a ela em número Portugal e Montenegro»⁹.

Exactamente no mesmo ano, as duas nações ibéricas tomaram uma medida muito similar, embora de alcance muito diferente: a Junta espanhola vai de facto atingir objectivos importantes e significativos, enquanto que o «Decreto» português não passou de uma medida muito tímida e de consequências praticamente nulas – a deterioração política do governo de João Franco e o regicídio de 1908 são o caldo político que tornaram absolutamente inoperantes as medidas preconizadas pelo Decreto Real do último dia de Maio de 1907. Há também que realçar que em ambos os projectos, o Espanhol e o Português, embora de forma diferente, é chamado à colação a necessidade de ambas as nações se empenharem num decidido esforço de europeização.

Os dois países da Península Ibérica terminaram o seu século XIX com o sabor do travo amargo da humilhação política. Em Portugal, depois do vexante ultimato britânico apresentado no rescaldo da conferência de Berlim, sucedeu-se a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, a monarquia atravessava um período de lenta agonia, associada à sua decomposição política, e que era acompanhada pela crise económica e financeira em que o país se via mergulhado. Fortificava-se

⁹ (SANCHEZ RON, 1988: 256).

a crença de que estava eminente a República e de que só o espírito republicano poderia contribuir para a regeneração intelectual e histórica do país. Em Espanha, o país ferido, quase de morte, pela humilhante derrota militar infligida pelo Estados Unidos e a consequente perda das jóias da coroa do seu império colonial na América e na Ásia, procurava reagir a esta situação de depressão política, económica e social profunda. Uma reacção que impulsionou um fortíssimo movimento intelectual e cívico responsável pela promoção de uma profunda europeização da cultura espanhola. Irmanados na humilhação e na derrota, embora sofrendo efeitos diferentes (Portugal não perde os seus territórios ultramarinos), ambas as nações tentaram encontrar um remédio para a crise.

Em Portugal não surge um movimento semelhante àquele que é responsável pelo aparecimento da JAE espanhola, contudo a prática da «Junta de Ampliación de Estudios» constituirá uma fonte de inspiração permanente, mas nem sempre abertamente assumida, de muitos investigadores portugueses e Santiago Ramon y Cajal, na sua prática cívica e científica, é uma das figuras exemplares quase sempre citada¹⁰.

2. Da «Junta de Orientação dos Estudos» à «Junta de Educação Nacional»

Com a queda da monarquia e a instauração da República a 5 de Outubro de 1910, os novos governos apressaram-se a tomar medidas que exprimiam a necessidade de uma «reforma da mentalidade portuguesa» (expressão muito cara à inteligência republicana), o que, na prática, se traduzia sobretudo na actuação ao nível da instrução (a República cria, pela primeira vez no país, em 1913, o Ministério da Instrução¹¹). E, ainda sem este ministério, no seu primeiro ano de vida, o governo republicano introduziu profundas reformas em todo o sistema de ensino, em particular nos sectores primário e superior. Estes dois níveis de ensino parecem ter sido

¹⁰ Na biblioteca de Marck Athias, entregue à Faculdade de Medicina de Lisboa, constava, de entre todo o seu espólio à biblioteca de histologia (livros, separatas e correspondência) o livro de Cajal, *Les nouvelles idées sur la structure du système nerveux* com o seguinte comentário: “este foi o livro que fez a minha desgraça” (AMARAL, 2003: 36).

¹¹ O que não corresponde à verdade, pois este ministério já fora criado em 1870 e tratara dos negócios da instrução do reino durante dois meses. Em 1890 uma nova tentativa de repor este ministério, no sentido de dar aos seus «serviços uma autonomia» necessária, contudo o tempo da sua segunda vida não excede os dois anos. É de facto a República que assume a perenidade deste Ministério.

aqueles que concitaram, por parte de todos os governos da república, maior atenção. A 22 de Março de 1911, criaram-se as Universidades de Lisboa e Porto, pondo um ponto final ao monopólio do ensino universitário exercido pela Universidade de Coimbra. Em Maio do mesmo ano aparecem as novas Faculdades de Ciências (Decreto de 12 de Maio de 1911, publicado no Diário do Governo de 15 de Maio de 1911), acabando assim com a velha Faculdade de Matemática pombalina e as Escolas Politécnicas novecentistas. É também deste período a criação das novas escolas superiores de engenharia, o Instituto Superior Técnico, em Lisboa, e a Faculdade Técnica, posteriormente de Engenharia, no Porto, escolas onde as ciências, especialmente a Física, a Matemática e a Química, assumem um papel relevante na formação de base dos futuros engenheiros. A reforma republicana no ensino superior, introduziu, pela primeira vez, nos objectivos da universidade portuguesa o proceder à «descoberta e invenção científica». O decreto republicano sobre o ensino superior defendia para as universidades portuguesas o seguinte:

«Artº1 – As universidades são estabelecimentos públicos de carácter nacional (...) para o tríplice fim: a) fazer progredir a ciência, pelo trabalho dos seus mestres, e iniciar um escol de estudantes nos métodos da descoberta e invenção científica; b) ministrar o ensino geral das ciências e das suas aplicações (...) c) promover o estudo metódico dos problemas nacionais (...)»¹²

Com estes propósitos procurava iniciar-se um novo ciclo na instituição universitária portuguesa, o que exigia obrigatoriamente, na grande maioria dos domínios científicos, que os investigadores nacionais fizessem um esforço em pôr-se a par com a investigação científica praticada nos centros mais avançados da Europa e América do Norte. E, para que tal fosse possível, eram obrigatórias não só alguma renovação, como também uma grande actualização do quadro universitário nacional. O Decreto de 22 de Março de 1911 dedicava grande parte do seu conteúdo «à criação de bolsas de estudos liceais, universitárias e de aperfeiçoamento no estrangeiro»¹³, estipulando que cada Universidade possuiria um «fundo universitário de bolsas» que seria administrado por um organismo próprio. Ficou a dever-se a este fundo, os subsídios dados a alguns professores para se deslocarem ao estrangeiro e prepararem a actualização de diversos programas de ensino das faculdades recentemente criadas.

¹² (Decreto de 19 de Abril de 1911 in Diário do Governo de 22 de Abril de 1911).

¹³ (CARVALHO, 1987: 688).

Eram subsídios pontuais que não traduziam a intenção de uma renovação profunda do quadro do ensino universitário nacional...

Mais uma vez se impõe o exemplo do país vizinho, a prática da sua «Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas», um exemplo silencioso, porque até então era pouco comentado, mas a que a República Portuguesa, a partir de 1917, passou a prestar atenção: alguns cientistas portugueses deslocaram-se a Madrid para se inteirar sobre o funcionamento da «Junta»¹⁴. Estes cientistas, aqueles que desde a primeira hora vão acompanhar todo este processo (secundado por um grupo mais amplo de universitários e intelectuais que não escondia o desejo de mudar o rumo da instrução no país) são o grupo de investigadores ligado às faculdades de medicina, impulsionadores de uma importante escola em medicina experimental, que a partir deste período se bate activamente pela criação de meios que propiciem o desenvolvimento, o apoio e a organização da investigação científica no país. Foi o próprio Celestino da Costa que escreveu

«Em princípios de 1917 fui propositadamente a Madrid para ver o que era e como funcionava a Junta e publiquei, à volta, o que vira na *Medicina Contemporânea*. No ano seguinte, a convite da Federação Académica, expus em conferências realizadas nesta mesma sala em 19 e 22 de Abril as minhas observações e propunha que entre nós se fundasse um organismo semelhante. Estas conferências foram reunidas num livro também publicado em 1918»¹⁵.

É este grupo de investigadores, encabeçados por Mark Athias e Celestino da Costa, este último publicamente mais interveniente, acompanhados de outras personalidades ligadas à vida Universitária, Alfredo Bensaúde (1856-1941)¹⁶ por exemplo, e à vida intelectual e cívica nacional, como era o caso de António Sérgio (1883-1969), que vai ser a cabeça de um movimento de instauração de um organismo que propicie a organização da investigação científica, uma renovação pedagógica e um aprofundamento da aproximação cultural entre Portugal e o mundo europeu desenvolvido.

¹⁴ Já em 1916 «O crítico espanhol Gomes Barquera fez sobre a Junta espanhola uma conferência no Instituto de Coimbra (...)» (COSTA, 1934: 5).

¹⁵ (COSTA, 1934: 5).

¹⁶ Nascido numa família abastada açoriana, muito novo (1872) vai estudar engenharia para a Alemanha, obtendo o grau de engenheiro em minas, depois doutorou-se em mineralogia pela Universidade de Gotingen. Regressa a Portugal e fixa-se em 1884 na cidade de Lisboa como professor do Instituto Industrial e Comercial desta cidade. Em 1911 é o principal impulsionador da criação do Instituto Superior Técnico, sendo o seu primeiro director.

Talvez importe aqui, antes de expor mais alguns factos históricos relevantes, caracterizar o pensamento, enquanto guia para a acção, destas personagens principais, retirando daí, caso isso seja possível, as suas características singulares no meio universitário e intelectual português. A sua vivência francesa – «precisamente num período em que as discussões sobre a superioridade da organização universitária e da ciência alemãs eram ainda acesas»¹⁷ –, a colaboração com o histologista francês Mathias Duval, o gosto pela investigação e o facto de não pretender exercer a prática clínica, vão marcar desde o início a intervenção de Marck Athias. Bebe, no exemplo de Cajal, os valores de ordem moral e patriótica associados à ciência e que, em última análise, justificariam o empenhamento social, cívico e político do cientista, embora a sua acção directa na esfera política tenha sido bastante parcimoniosa. Athias envolveu-se sobretudo em actividades directamente ligadas à comunidade científica portuguesa, dirigindo e dinamizando várias agremiações e publicações¹⁸, empenhando-se na publicitação, dentro e fora da comunidade científica, de um modelo de ensino universitário e de investigação científica, praticando também a difusão científica¹⁹. Em suma, batalhando por criar um «esprit de corps» nos investigadores portugueses. É no seio da escola de investigação de Athias que se formou Celestino da Costa que, «no quadro do ideário positivista característico da República, se viu a si próprio como um apóstolo da ciência»²⁰. A sua intervenção é permanente, defende o modelo universitário alemão e, num trabalho escrito em 1918, aponta como causas para o atraso científico português as seguintes: a falta de mestres que dêem o exemplo; a falta de tradições científicas; a falta de persistência e de amor ao trabalho, «a excessiva preocupação utilitária que tantas vezes contrasta com a nossa inabilidade para a vida prática»; «a importância exagerada do erudito e do discursador»; o isolamento geográfico; «a influência deletéria da estrutura pedagógica francesa»; e, a «magna questão dos vencimentos dos professores»²¹.

Deste grupo, a personagem, não ligada à vida científica, mas claramente mais empenhada na intervenção cultural e cívica, era António Sérgio. Política e civicamente

¹⁷ (AMARAL, 2003: 62).

¹⁸ Fundador em 1907 da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. Colaborou activamente na revistas seguintes: a *Medicina Contemporânea*, os *Archivos do Real Instituto Câmara Pestana*, o *Arquivo de Patologia*, o *Bulletin de La Société Portugaise des Sciences Naturelles*, a *Politechnia*, o *Boletim do Instituto Português de Oncologia*, e a *Imprensa Médica*.

¹⁹ Escreveu as biografias científicas de D. Carlos I, Miguel Bombarda, Fernando Matoso Santos, A. Laveran, Santiago Ramón y Cajal, Albert Dustin, Max Askanazy, Henrique Parreira e Carlos França.

²⁰ (AMARAL, 2003: 65).

²¹ (COSTA, 1918: 50).

Sérgio actuava sobretudo através das páginas da *Seara Nova* – era um dos arautos da «reforma da mentalidade» – e vai ser ele que, de certo modo, emprestará o seu nome para autor da única tentativa consequente de um governo da República parlamentar promover a criação de um organismo capaz de estimular a investigação científica e a renovação pedagógica. Sérgio, em nota a uma conferência feita em Coimbra no ano de 1926²², escrevia

«Fui ministro da Instrução em 1923 (apesar do meu asco às funções do poder – de poder real ou fictício) unicamente para fundar a Junta a que me refiro nesta conferência. Publiquei o decreto que a instituía, e ao mesmo tempo apresentei ao Parlamento uma proposta de lei que criava as receitas indispensáveis ao funcionamento da mesma Junta. Como o Parlamento, porém, entretido em questoezinhas verdadeiramente reles, não chegou a discutir a proposta, não nomeei o pessoal que constituiria a Junta (seria inútil) e assim a iniciativa resultou improfícua, ou, antes, apenas profícua como propaganda de ideias»²³.

A acção de Sérgio culminará diversas iniciativas, entretanto tomadas mas inconsequentes nos propósitos a atingir, e sucederá a João Camoesas que apresentou na Câmara dos Deputados «o primeiro plano geral de ensino metodicamente organizado entre nós nos tempos modernos»²⁴. Já em 1919 o Ministro Joaquim de Oliveira, apresentara ao Parlamento uma proposta de criação de 80 bolsas de estudo, mas nada se conseguira; as próprias organizações estudantis, valendo-se do êxito da experiência espanhola, tomavam iniciativas no sentido de pressionar por medidas equivalentes, Luis Simões Raposo (1898-1934)²⁵, estudante da Faculdade de Medicina de Lisboa (formado no grupo de Celestino da Costa) e um dos dirigentes

²² A conferência intitulava-se «O Reino Cadaveroso ou o problema da Cultura em Portugal» e era dedicada, o que é significativo, «aos meus amigos da faculdade de Medicina de Lisboa e do Instituto Câmara Pestana» (era o escol que o acompanhara nas aventuras da Junta). As premissas de partida são enunciadas por Sérgio desta forma: «O problema da cultura, o problema da mentalidade: este é, se me não engano, o problema característico de Portugal moderno, e o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa (...) até ao fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu a mentalidade dos povos cultos, então, pode-se dizer que ele está na Europa, e a muitos respeito na vanguarda dela; mas depois...» (SÉRGIO, 1957: 43).

²³ (SÉRGIO, 1957: 334).

²⁴ (CARVALHO, 1987:700).

²⁵ Foi assistente no Laboratório de Histologia entre 1919 e 1925, dirigido pelo professor Celestino Costa. Ao mesmo tempo tirava o curso de Medicina na Faculdade de Medicina de Lisboa, o qual terminou em 1923.

da Federação Académica de Lisboa (um outro dirigente era o estudante de engenharia do IST Duarte Pacheco que mais adiante, já no período da Ditadura, se fará ouvir) tentou promover a criação de uma Junta de Educação de carácter privado, inspirada na organização congénere espanhola, organização que merecerá o estatuto de utilidade pública reconhecido pelo Decreto 10074²⁶. João Camoesas, Ministro da Instrução nos primeiros seis meses de 1923, apresentou à discussão no Parlamento um documento, *Estatuto da Educação Pública*, elaborado com a preciosa ajuda de vários especialistas na matéria e, em particular, do grupo da Seara Nova, onde entre várias medidas, e na sequência de todas as tentativas anteriormente mencionadas, sugeria a criação de uma Junta Nacional de Fomento das actividades Sociais e Investigações Científicas. Mas, porque caiu o Governo, goraram-se os intentos contidos no *Estatuto da Educação Pública*. Sérgio, que fora um apoiante da reforma de Camoesas e também colaborara com a iniciativa de Simões Raposo, vai ocupar, em 1923, por um período de escassos dois meses²⁷, a pasta de Ministro da Instrução. Chamou Simões Raposo para seu chefe de gabinete e apresentou no Parlamento um projecto de diploma de criação de uma «Junta de Orientação dos Estudos». Todavia, e mais uma vez, este projecto não passou disso mesmo, um projecto. A luta política gorava a concretização da primeira tentativa legislativa nacional de criação de uma «Junta», a exemplo da nossa vizinha Espanha, mas, apesar do fracasso, talvez seja interessante perceber um pouco melhor o conteúdo do diploma proposto por Sérgio.

Os objectivos da «Junta de Orientação dos Estudos» que constavam no decreto eram os seguintes: organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo, promover a colocação dos ex bolseiros segundo as habilitações obtidas, subsidiar a investigação científica, bem como a publicação dos respectivos resultados, fundar, manter ou auxiliar centros de estudo, fundar e dirigir escolas experimentais em todos os graus de ensino, exceptuando o superior, fundar e dirigir museus pedagógicos, e representar ao governo, de sua própria iniciativa, sobre assuntos de instrução.

Exceptuando os estabelecimentos experimentais sob a sua alçada, a Junta não intervinha directamente no sistema de ensino em funcionamento. Contudo estava previsto que considerasse «como centros de estudo seus aderentes» os estabelecimentos científicos, literários ou artísticos, oficiais ou particulares, que quisessem

²⁶ Publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, 202, 6 de Setembro de 1924.

²⁷ António Sérgio toma posse a 18 de Dezembro de 1923 e o seu sucessor em 28 de Fevereiro de 1924. Na sua fugaz passagem pelo pasta da Instrução, Sérgio foi ainda responsável pela criação do Instituto Português para o Estudo do Cancro (IPEC).

colaborar nas suas actividades, «convencionando com esses estabelecimentos um regime de trabalho». O ênfase da Junta de Orientação dos Estudos era posto sobretudo na investigação científica e pedagógica, e na sua capacidade de abrir escolas modelo; preconizava uma acção não enfeudada às estruturas existentes, procurando agir de «fora para dentro».

Quanto à sua organização seria constituída por vinte vogais, cujas funções seriam desempenhadas gratuitamente: Os primeiros sete seriam de início nomeados pelo Governo, os sete seguintes seriam também de nomeação governamental mas sob proposta da Junta, os restantes sofrerão do mesmo tipo de nomeação, mas só existirão «quando as suas necessidades o determinem». Havia claramente uma independência da direcção da junta em relação às universidades ou a outros estabelecimentos de ensino superior que é exactamente aquilo que mais tarde não acontecerá. Segundo alguns autores

«Esta proposta de lei continha, virtualmente, largos elementos de conflito (...) era omissa quanto aos poderes da Junta para colocar bolseiros, fundar, organizar e dirigir instituições de investigação científica, conferia-lhes poderes de criação de um sistema de ensino paralelo, concorrencial com o existente, e extensivo não só a estabelecimentos oficiais como particulares»²⁸.

Assim, o mesmo autor defende

«não ter Sérgio compreendido – nem, segundo parece, o Grupo «Seara Nova» – que as razões profundas do boicote parlamentar à Junta (...) eram múltiplas e tinham a ver com o cerne da política educativa ministerial»²⁹.

Isto é, com as estruturas já implantadas no aparelho do estado que objectivamente controlavam a execução da política de instrução. Esta poderia ser a razão explicadora do «chumbo» do projecto Sérgio, embora tenha sido dado a entender que as dificuldades financeiras do país seriam a causa do insucesso de criação da «Junta» portuguesa.

Será só em 1929, já em plena ditadura militar e com Sérgio no exílio em Paris³⁰, que o Governo do país promulgou o decreto criador de uma sucessora dessa iniciativa sergiana, agora denominada de «Junta de Educação Nacional». Uma junta que

²⁸ (FERNANDES, 1983: 639).

²⁹ (*ibid.*: 641).

³⁰ Como consequência da derrota da revolução de Fevereiro de 1927 que fracassara na reinstauração da democracia parlamentar em Portugal.

não era a sua, a de Orientação, mas a sim outra, a de Educação... todavia são os elos entre estas duas Juntas que levarão os jovens e futuros bolsеiros a entender que a nova «Junta» seria sempre a que fora criada por Sérgio.

Foi depois do 28 de Maio de 1926, com uma ditadura militar sem quaisquer planos para inovar no ensino e onde a contenção de despesas neste sector era uma regra (fecharam-se faculdades e escolas superiores³¹), que o ministro da instrução em 1929, Gustavo Cordeiro Ramos, seguindo a orientação do seu predecessor – Duarte Pacheco (1901-1942)³², director do Instituto Superior Técnico desde 1927 e autor do diploma que punha de pé a nova Junta – promulgou o decreto criador da Junta de Educação Nacional (JEN)³³, tendo-lhe sido atribuído, pelo ministério das Finanças, nessa altura dirigido por Oliveira Salazar³⁴, os recursos financeiros indispensáveis para o seu funcionamento. Talvez seja interessante explicar como num período de poupança, eliminando escolas, o governo se tenha abalançado a atribuir os meios financeiros necessários para o funcionamento da Junta. A explicação não deverá ser simples, contudo já se defendeu que o clima de grande agitação estudantil vivido nesse final de década nas universidades portuguesas, impusesse esta medida, sendo um meio de calar (ou pacificar) alguma contestação e mostrar como o governo da ditadura, mesmo sem planos, se preocupava com o apoio ao ensino superior³⁵. Esta «Junta» propunha-se:

«Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação científica (...) Organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e no estrangeiro (...) Promover a colocação dos antigos bolsеiros».

³¹ A Faculdade de Letras do Porto, a Escola Normal Superior de Coimbra e as Faculdades de Farmácia e de Direito de Lisboa; a última, por força da luta estudantil, será reaberta em Outubro desse mesmo ano (FITAS, 2004).

³² Membro da direcção da Federação Académica de Lisboa em 1921, período em que este organismo representante dos estudantes da capital defendera «um projecto de criação duma residência de estudantes, ligada a uma Junta Autónoma e inspirada nos mesmos princípios de Madrid» (COSTA, 1934: 6).

³³ «A Junta de Educação Nacional foi criada pelo decreto n.º 16381 publicado no *Diário do Governo* n.º 13. I série, de 16 de Janeiro de 1929» (JUNTA, 1929: 17).

³⁴ «A política financeira ortodoxa de Salazar a partir de 1928 (...) vai funcionar como acção preventiva face ao impacto da crise de 1929. Quando as suas ondas de choque começam a chegar a Portugal, em fins de 1930, a realidade é que o orçamento estava equilibrado desde o ano económico de 1928-29, o que permitirá ao Estado dispor de verbas para investir em actividades de reanimação económica (...)» (ROSAS, 1994: 137).

³⁵ (FITAS *et al.* 2004: 34).

A criação da JEN pela ditadura precursora do «Estado Novo» apanhou Sérgio, acompanhado de outros republicanos do grupo «Seara Nova», no exílio. Sérgio apercebeu-se muito bem da diferença entre o projecto de uma junta que pretendia como «de Orientação» e o que agora se afirmava como uma junta «de Educação», reagindo violentamente contra alguns daqueles que o acompanharam no projecto gorado de 1924 e agora eram participantes activos numa organização que deixara de ser um projecto para ser efectivamente uma realidade.

De entre os vários vogais da junta, alguns deles comprometidos abertamente com a nova direita, figuravam também os nomes de Mark Athias e Celestino da Costa; o secretário geral da organização, o seu dirigente operacional, era Luís Simões Raposo, o discípulo daquele último, colega nas andanças académicas do ministro que preparara o decreto (Duarte Pacheco) e ex-chefe de gabinete do Ministro da Instrução, António Sérgio. No seu discurso de tomada de posse Simões Raposo, agradece a sua nomeação, pois

«(...) ela me dá a oportunidade de dedicar a minha actividade e a minha inteligência a uma obra por que, há 10 anos, venho dia a dia trabalhando»³⁶.

Para, em seguida, historiar esses 10 anos de trabalho

«Em 1921, eu tive a honra de promover a fundação da Junta de Educação, instituição particular, mais tarde reconhecida de utilidade pública, que se destinava a efectuar a obra que hoje se inicia. [nomeia os então membros dessa junta] (...) Ao fim de dois anos daquele trabalho essencial, que é pouco brilhante apesar de profícuo: – o trabalho preparatório, encontrava-se no Ministério de Instrução Pública, um membro da Junta de Educação, António Sérgio. O decreto 9335, de 29 de Dezembro de 1923, que criou a Junta de Orientação de Estudos, foi a sanção oficial daqueles trabalhos»³⁷.

Não se esquecendo, no fim de invocar a figura do venerável patrono que sempre os inspirara:

«O grande espírito de Cajal, saudando a criação da Junta, escreveu-me: tereis de provar ao mundo que as inteligências peninsulares são tão capazes como quaisquer outras, de ampliar o património intelectual» (*ibid.*: 26).

³⁶ (JUNTA, 1929: 25).

³⁷ (*ibid.*).

Em Paris Sérgio toma conhecimento desta prosa, e de todo o quadro organizativo da Junta, ao receber, acompanhado de uma carta do secretário geral da JEN, o relatório desta instituição referente ao ano de 1929. Sérgio anota todo o relatório, comenta, espantado, a interpretação que Simões Raposo fizera do papel que ele desempenhara enquanto ministro e anota nas margens as principais diferenças entre a sua Junta de Orientação e a nova Junta. Entretanto numa carta enviada de Paris para Simões Raposo, aproveita para fazer comentários vários ao que lera no relatório da JEN:

«(...) sabe tão bem como eu que a investigação científica, a educação mental, pressupõem a liberdade, incompatível com um governo ditatorial, reaccionário, mantenedor de Censuras várias. No dia da posse da Junta, o ministro invoca Mussolini (...) Vá que colaborasse com a ditadura; não ousei dissuadi-lo disso, dada a situação delicada em que me achava no caso. Vá que se unisse s meus inimigos; mas que exigisse como condição que a Junta criada fosse decente, composta por pessoas que fossem decentes; mas abandonar-me a mim para criar uma Junta com o Moncada, o Forjaz Sampaio, o Múrias (...)»³⁸.

3. A «Junta de Educação Nacional», o início da sua actividade³⁹

Na primeira página d' O SÉCULO, o diário português de maior tiragem, do dia 24 de Fevereiro de 1929, era dada a notícia que, encimada por uma fotografia do acto de posse dos membros da Junta, abria com o parágrafo seguinte:

«Realizou-se, ontem, na sala do Conselho Superior de instrução Publica, o acto de posse da Junta de Educação Nacional, recentemente criada. Dos 21 professores que fazem parte deste organismo compareceram quase todos».

³⁸ In (BAPTISTA, 2001: 78).

³⁹ A maior parte dos quadros e dados numéricos expostos nesta secção do texto foram retirados da comunicação seguinte: Gomes, Emilia Vaz, Fitas, Augusto J. S. e Nunes, Fátima. 2009. *The Rebirth of a «Scientific Movement» and the Foundation of the National Board Of Education [Junta De Educação Nacional] During The First Period Of Dictatorship Regime In Portugal*, XVIIIe Congrès International d'histoire des Sciences et des Techniques (Budapeste).

Nestes «quase todos» fazia-se notar a falta de Mira Fernandes, sobretudo pelo sua projecção científica pública (já era um membro da academia das Ciências, talvez, nessa altura, o matemático português mais prestigiado internacionalmente depois de Gomes Teixeira). À parte estes acidentes, a Junta começou a funcionar a partir do ano lectivo de 1929-30. Voltando ainda ao texto da notícia d' *O SÉCULO*, nele era dado um relevo particular ao discurso do ministro que terminava com as palavras:

«quero terminar, parafraseando as palavras com que Mussolini inaugurou, solenemente, há poucos dias, no palácio Senatorio em Campidoglio o «Consiglio della Ricerche», «Senhores da Junta: as minhas saudações. Eu vos digo que Portugal tem necessidade de vós.. Convido-vos, pois, a ocupar o vosso lugar, com um sentimento que ides cumprir um alto dever nacional» »

Esta arenga fascista, logo no dia da tomada de posse da nova Junta fizera tremer de indignação Sérgio, facto que já foi dado a conhecer através da carta que, de Paris, dirigiu a Simões Raposo.

A junta iria iniciar a sua actividade, a sua acção era tal como o conjunto de outras instituições similares que já existiam na Europa e América (QUADRO I). A JAE de Madrid continuava a ser o modelo inspirador, a 28 de Dezembro na página nove d' *O SÉCULO* sai a notícia com o título seguinte: «Junta de Educação Nacional – o primeiro secretario foi para Madrid, ontem, estudar a congénere espanhola». É importante referir que estas visitas serão feitas também por outros secretários gerais da Junta, como é o caso de Leite Pinto (antigo bolseiro) que em Dezembro de 34 visitará as congéneres da JEN em Espanha e na Bélgica, produzindo um relatório bastante descritivo, mas muito pouco apreciativo, quase anódino nas suas conclusões...

A visita a Madrid anunciada pel' *O SÉCULO* era uma consequência de uma proposta feita pelo Prof. Agostinho de Campos, na décima sessão da Comissão Executiva, realizada a 19 de Dezembro de 1929:

«(...) que o 1.º secretário estude em Madrid a organização dos serviços de secretaria informação internacional e outros que interessam ao bom funcionamento da JEN, visto que a junta de Ampliacion de Estudios, com sede na capital espanhola, tem desde bastante anos uma actividade eficaz (...)»⁴⁰

⁴⁰ Livro de Actas da Comissão Executiva (AIC: cota 2657).

QUADRO I
(Instituições de coordenação científica nacional de países diversos)

País	Ano da criação	Instituição
Alemanha	1911	Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft zur Förderung der
	1920	Wissenschaften (KWG) Notgemeinschaft der deutschen Wissenschaft (NG)
Bélgica	1920	Belgian University Foundation
	1928	Fonds National de la Recherche Scientifique
Canadá	1916	National Research Council (Canada)
Espanha	1907	Junta para ampliación de estudios y investigaciones científicas (JAE)
EUA	1916	National Research Council (USA) – NRC
França	1930	Caisse Nationale des Sciences
	1933	Conseil Supérieur de la recherche
	1935	Caisse Nationale de la Recherche Scientifique
	1939	Centre Nationale de la Recherche Scientifique
Itália	1923	Consiglio Nazionale delle Ricerche
Inglaterra	1915	Department of Scientific and Industrial Research (DSIR)
Portugal	1929	Junta de Educação nacional

A vários títulos, o modelo espanhol constituía um guia para os dirigentes portugueses da JEN.

O mesmo jornal, no seu número do dia 21 de Agosto de 1929, trazia na sexta página, a duas colunas, uma notícia encimada pelo título, «Foi aberto concurso para as bolsas de estudo no estrangeiro, distribuídas pela Junta de Educação Nacional – informações para concorrer». De facto o grande esforço da Junta foi desempenhado sobretudo na atribuição de subsídios para tirocínios fora do país: a partir do ano lectivo de 1929-30, tal como consta na notícia citada, algumas dezenas de licenciados passam a dispor de condições para, no estrangeiro, junto de centros com provas dadas, melhorarem a sua formação técnico-científica ou iniciarem uma carreira científica orientada por cientistas de mérito reconhecido e alcançarem diplomas académicos nessas escolas. A análise dos processos dos vários pedidos de bolsa vai ocupar grande parte da actividade da Comissão Executiva. As grandes preocupações práticas da CE da JEN vão ser a distribuição dos apoios; sobre as matérias políticas subjacentes, procedem-se a reflexões que aterram inoperantes nos gabinetes ministeriais.

Outro dos objectivos da JEN era «(...) fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação científica (...)»⁴¹, assim, logo a partir do ano lectivo de 1929-30, assistiu-se à entrega de apoios financeiros a

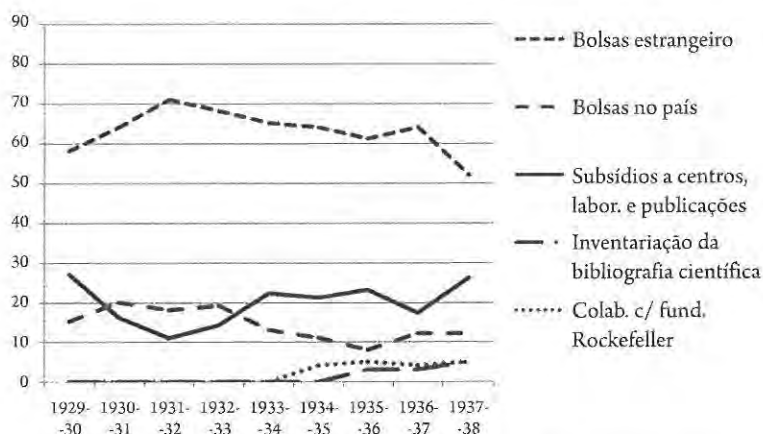
⁴¹ (JUNTA, 1931:18).

«centros de estudo, oficiais ou particulares, incorporados ou não nas Universidades ou Escolas Superiores quando se mostre: (...) que se consagram exclusivamente à investigação científica (...) que, nos últimos anos demonstraram produtividade suficiente, tendo os seus trabalhos merecido citações ou apreciações de especialistas nacionais e estrangeiros»⁴².

QUADRO II

	Univ. Coimbra	Univ. Lisboa	Univ. Porto	
Medicina	3	7	1	11
Outros	3	1	2	6
	6	8	3	17

E, neste primeiro lote de instituições subsidiadas, figura o Instituto Português para o Estudo do Cancro dirigido por Francisco Gentil e criado em 1924 no ministério de Sérgio; entre 24 instituições é uma das muito poucas que não estava ligada à universidade. Logo na quarta sessão da sua comissão executiva, realizada em 26 de junho de 1929, é feita a primeira distribuição de subsídios a algumas destas instituições, outras existem que vêem negado os apoios financeiros que pedem. Duma leitura rápida desta primeira lista de contemplados, observa-se que a grande maioria das instituições apoiadas são «departamentos universitários» sobretudo ligados às faculdades de medicina (QUADRO II).


 Figura 1 – Distribuição anual (%) das diferentes rubricas no orçamento⁴³. (TAVARES, 1951: 14-15)

⁴² (JUNTA, 1931: 40).

⁴³ Na comunicação de Quintino Lopes publicada neste volume, e exposta neste colóquio, apresenta-se um gráfico equivalente, mas feito com base nas «contas de gerência», e não nos orçamentos, o que permite um maior detalhe na análise.

Só a Botânica, a Geofísica e a Antropologia são os domínios científicos contemplados além da medicina. Ao observarmos a lista no ano seguinte verificamos que aparecem novas áreas contempladas como a Física, a Química e a Astronomia, contudo a área mais fortemente subsidiada continua a ser a medicina, mantendo-se Lisboa como a universidade mais beneficiada, quase em igualdade está Coimbra e depois o Porto.

Em 1931, a direcção da JEN já admitia que

«de futuro pretenderá a Junta vir a criar ou desenvolver consideravelmente laboratórios ou outros centros de estudo de especialidades não cultivadas no país à medida que forem regressando bolseiros habilitados»⁴⁴.

QUADRO III

Áreas de estudo	Biologia	Ciências Agrárias	C.Bio-Med	Engenharia	Física	Matemática	Med. e Cirurgia	Química	X / Outras	Totais / Países
Alemanha	28	1	25	12	1	2	11	8	8	96
França	16	4	16	8	18	11	10	7	6	96
Inglaterra	14	8	2	4	7	2	5	6	6	54
Outros	20	8	22	8	6	0	19	4	3	90
Total	78	21	65	32	32	15	45	25	23	336

A primeira iniciativa da JEN neste domínio diz respeito à criação de um Centro de Estudos Filológicos e que foi inicialmente desenvolvido à margem de quaisquer outras instituições, contudo a Faculdade de Letras de Lisboa deu a conhecer o «relativo desacordo» por não ter sido ouvida, o que veio a provocar alguns ajustes no projecto inicial (reunião da Comissão Executiva de 22 de Maio de 1931). O ajustamento principal terá sido a sua integração na própria Faculdade de Letras, o que se pode tomar como um sinal premonitório do que virá a ser a política de desenvolvimento de instituições científicas da JEN. Assim promove-se, a partir de meados da década de trinta, adstritos às três universidades existentes no país, o aparecimento de vários centros de estudo novos no domínio das ciências exacto-experimentais, bem como na área da história, além do de Filologia já existente. É em alguns destes

⁴⁴ (JUNTA, 1932: 183).

centros que, durante o período em que a Europa se vê dilacerada pelo segundo conflito mundial, muitos licenciados portugueses adquirem a formação necessária para progredirem na sua carreira técnico-científica. Também alguns destes Centros se autonomizarão das escolas universitárias que os acolheram e transformar-se-ão em instituições próprias e autónomas.

As dotações orçamentais estavam longe de satisfazer as necessidades (ver gráfico representado na fig. 1). Um dos seus dirigentes, declarava em 1934, que «O número de bolseiros é pequeno para o que devia ser (51 na totalidade até hoje) (...) ultimamente quase não se têm concedido bolsas novas (...)» (COSTA, 1934: 27). Conclui-se deste modo que a maioria das bolsas pedidas era de longa duração. Continuando a ler o mesmo gráfico observa-se que a JEN despendia em apoio das estruturas de investigação existentes entre 15 e 30%, estando elas sobretudo ligadas à universidade.

QUADRO IV

Ano lectivo	Número de Bolsas de investigação para fora do país	Número de Bolsas de investigação no país
1929-30	34	20
1930-31	50	33
1931-32	53	30
1932-33	34	34
1933-34	43	29
1934-35	44	43
1936	48	28
1937	52	25
1938	49	36
Total	407	278

No que diz respeito às bolsas para o estrangeiro é interessante notar a sua ampla distribuição por diversos domínios do conhecimento e pelos países para onde se dirigiam os bolseiros. Mostra-se, a título de exemplo, os casos mais ligados às ciências exactas e naturais e a alguns domínios das ciências aplicadas (medicina e engenharia). Os dois países mais procurados na década de trinta foram a França e a Alemanha (QUADRO III).

A distribuição de bolsas ou, muitas vezes, de subsídios para deslocação ao estrangeiro, constitui, dentro das atribuições da JEN, aquela actividade que é mais solicitada. Mesmo quando outros ministérios têm necessidade de fazer deslocar ao estrangeiro

algum dos seus técnicos para frequentarem um estágio, procuram recorrer, através do Ministério da Instrução, à dotação da JEN; esta atitude vai obrigara a Comissão Executiva, após um ano de actividade a tomar uma posição, fazendo saber

«ao sr. Ministro da Instrução que o facto da Junta de Educação Nacional ter uma dotação para bolsas de estudo fora do país não pode significar que seja ela que subsidie todos os estudos que, pelos diversos ministérios, se considere necessário fazer fora do país (...) na hipótese de ser a Junta a assumir este papel enetende que devia ser ele e não qualquer outra entidade que livremente deveria escolher o seu bolseiro nas condições do seu regulamento»⁴⁵.

É também nesta reunião que marca um ano de actividade da Junta que a Comissão Executiva estabelece duas normas gerais para a atribuição de bolsas para investigação no interior do país: a primeira corresponde à exigência de «publicação de algum trabalho», enquanto que a segunda coloca a tónica no facto de «que o concorrente não ganhe nem possua o suficiente para lhe permitir dedicar-se à investigação sem o auxílio da Junta (...)». Voltando ao gráfico da figura 1, conclui-se que a Junta reservava, em média, cerca de 15% do seu orçamento anual para a atribuição deste tipo de bolsas (no interior do país). É importante ressaltar esta medida de atribuição de subsídios, pois é através destas bolsas, uma espécie de complemento ao salário, que se vai permitir uma maior dedicação à investigação. A comparação entre os dois tipos de bolsas, externas e internas, apresenta-se no QUADRO IV. Em termos relativos, os orçamentos da JEN eram bastante limitados e ficavam muito aquém daquilo que o país precisava. E também nas bolsas internas havia uma renovação, quase sistemática, destes pedidos o que, pela exiguidade orçamental, limitava a sua atribuição a um número crescente de bolseiros – em média havia trinta bolsas atribuídas anualmente... Perante esta situação a Comissão Executiva terá tentado justificadamente maiores reforços orçamentais, mas a resposta do ministro da tutela⁴⁶ pode ler-se na Acta da reunião de 9 de Outubro de 1934, onde se escreve:

«Entende S. Ex^a o Ministro que as bolsas no País devem ser sujeitas a um certo “roulement” e que, assim, os bolseiros que as recém usufruem há quatro anos ou mais devem

⁴⁵ Livro de Actas da Comissão Executiva (reunião de 30 de Janeiro de 1930).

⁴⁶ Manuel Rodrigues, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, de 28/6/34 ou Eusébio Tamagnini de Matos da Encarnação, professor da Faculdade de Ciências de Coimbra, de 23/10/34....

deixar de receber subsídio da Junta (...) O critério da Junta é diferente, as bolsas no país são bolsas de remuneração diferencial que devem ser mantidas enquanto os bolseiros as não desmerecem e enquanto as continuarem merecendo (...)»⁴⁷.

As preocupações da Junta estendiam-se ainda a outras áreas de intervenção cultural, em particular no domínio artístico e da afirmação da língua e cultura portuguesa no estrangeiro. Era demasiada intervenção para orçamentos que «(...) não ultrapassavam em muito, por exemplo, as que a companhia de bailado do SPN/SNI, de inspiração folclórica, recebia (...)»⁴⁸. A direcção da JEN tinha consciência que, tal como o escrevia nos seus relatórios anuais, «a precária situação, principalmente da indústria e da agricultura, rudimentares e rotineiras, a preparação técnica de engenheiros e agrónomos, capazes de promover o seu progresso e a consequente melhoria da situação económica portuguesa» era uma necessidade muito urgente ... contudo as verbas atribuídas eram escassas

Muitos bolseiros recém-chegados vão contribuir decisivamente não só para o aparecimento de novas estruturas responsáveis pela investigação técnico-científica nacional, como também para a instauração de novos métodos de trabalho e, sobretudo, para a ligação entre o meio científico português e a comunidade científica internacional.

5. Referencias Bibliográficas

- AMARAL, I. M.. (2003). A Emergência de Novas Disciplinas na Faculdade de Medicina de Lisboa e a Escola de Investigação de Marck Athias (1897-1946). In *Seminário sobre Ciência em Portugal na primeira metade do século XX*. Évora: Universidade de Évora-CEHFC, 11-80.
- BAPTISTA, Jacinto (2001). *Pela liberdade da inteligência cartas sobre a responsabilidade ética, social e política do homem de pensamento*. Lisboa: edições Colibri.
- CAROLINO, Luís Miguel (2012). Measuring the Heavens to rule the Territory... *Sci& Educ.* 21:109-133.
- CARVALHO, Rómulo de (1987). *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA, A. Celestino, 1918. A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma. Porto: Tipografia da «Renascença Portuguesa».

⁴⁷ Livro de Actas da Comissão Executiva.

⁴⁸ (Ó, 1992: 482).

- COSTA, A. Celestino, 1934, *A Junta de Educação Nacional*, Lisboa.
- COSTA, Jaime Celestino da. (1986). O Estudo da Medicina até ao fim do séc. XIX. In *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Lisboa: Publicações do II centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 497-527.
- FERNANDES, Rogério. (1983). Antóno Sérgio, Ministro da Instrução Pública. *Revista de História das Ideias do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, n.º 5, tomo 2, 603-700.
- FITAS, Augusto J. S., e António A. P. Videira (organização, introdução e notas) (2004), *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Lisboa, Instituto Piaget.
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL. (1929). RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1929. Lisboa.
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL. (1931). Relatório dos trabalhos efectuados em 1928-1929. Lisboa.
- JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL. (1932). RELATÓRIO dos trabalhos efectuados em 1930-1931. Lisboa: 1932.
- Ó, Jorge Ramos do (1992). *Salazarismo e Cultura*, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 391-454.
- PEREIRA, A. Torres. (1986). História e desenvolvimento da bacteriologia em Portugal. In *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Lisboa: Publicações do II centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 529-576.
- ROLLO, Maria Fernanda. (2009). Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema. In Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 27-42.
- ROSAS, Fernando. (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. In José Mattoso (dir.), *História de Portugal* (7.º vol.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- SANCHEZ RON, José Manuel (coord.) (1988). 1907-1987 La Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas 80 años despues (vol. I). Madrid: CSIC.
- SÉRGIO, António (1957). *Ensaio*, tomo II. Lisboa: Publicações Europa-América.
- TAVARES, Amândio (1951). *O Instituto de Alta Cultura e a Investigação científica em Portugal* – vol I. Lisboa.